A 25 de Novembro penso num novo 25 de Abril

Vá lá. Após quase dois meses, depois de ouvir todos os seus compagnons de route do laranjismo, o presidente Cavaco Silva decidiu-se nomear o governo socialista. A contragosto, sabe-se. E compreende-se, seguindo o seu perfil e a sua orientação política desde o célebre congresso da Figueira da Foz, a sua dificuldade ante a formação dum governo PS com o apoio dos partidos PCP, BE, Verdes. A sua dificuldade em ver um parlamento recusar, por direito constitucional, um governo minoritário da coligação PSD/CDS, que nomeou, por ser o que o seu coração e ideologia desejavam.

A nomeação de António Costa como primeiro-ministro e a do governo que lhe foi apresentado conclui algo que o presidente Cavaco Silva já conhecia desde os resultados eleitorais fechava-se um ciclo de austeridade que, analisado ao pormenor, fomentou uma nova elite conservadora que, alcandorada no poder, considerou que sacrificar a maioria do povo português, em nome da TroiKa, para além da TroiKa, era um dever nacional.

Ressalve-se que deste furor de austeridade nacional ficaram de fora a legião duma corte laranja que distribuiu, entre si, cargos, mordomias, privilégios, benesses, administrações, chefias, civis, militares e policiais, perdões de dívida aos grandes rapinantes do erário nacional.

Só um autista, que o presidente Cavaco Silva nunca foi, poderia não compreender os resultados eleitorais e as consequências que apontavam.

Ao contrário da própria Europa, que cada vez mais se encontra submetida a critérios de pura arbitrariedade, com uma visão autoritária da imposição dum sistema económico neo-liberal contra os interesses sociais das populações dos países que a compõem, o povo português recusou liminarmente uma coligação que transformou o seu emprego num inscrição no fundo desemprego, colocou os seus filhos na lista dos emigrantes em busca de algo que a pátria lhe recusou, manipulou a informação pública e a privada para a criação duma mensagem oficial de resolução dos problemas que, na prática, se agravaram, fez regredir as condições de vida

duma população, onde ressurgiram, explosiva, dramaticamente, bancos de fome, desapoio na saúde, educação, cultura, segurança social, públicas, enquanto fechava os olhos ante uma corrupção avassaladora que descredibilizou de forma galopante a função política.

Foi possível, duma forma quase de sobrevivência, a junção das esquerdas, quarenta anos depois das suas, muitas vezes discutíveis e parcialíssimas, divisões, o que causa o pânico em quem se aproveitou sempre do dividir para reinar, para, na prática, passar de remediado a muito rico, sem ter ganho o Euromilhões. Pelo contrário, nestes anos de meter as mãos no saco dos fundos, sem a justiça lhes exigir contas desse galope milionário, que lhe adveio, após um cargo político, desde o governo central ao município.

Não vai ser fácil governar num meio armadilhado por legislação feita à medida do armadilhador.

Acredito que os partidos de esquerda e o PS se capacitaram de que, para uma alternativa credível, para uma legislatura, as mudanças têm de ser graduais. Há, contudo, algo que os partidos políticos teimam em ignorar muitas vezes e importa lembrar-lhe: um povo não se importa de fazer sacrifícios, se reconhecer honestidade nos meios e nos objectivos. Mas não perdoa a quem o ludibriar. Não pode, no nosso caso, pensar sair da Europa, antes contribuir para a mudança política da Europa.

O Partido Socialista parece ter compreendido - não todo, diga-se - que a sua aliança ao Centro com partidos cada vez mais à direita do espectro político, só conduzia à sua erosão a médio prazo. O centro esvaziou-se, há dois pólos cada vez mais antagónicos, na política europeia. A prioridade da economia ou o regresso à defesa do desenvolvimento solidário das sociedades? Se, neste dilema, qualquer dos partidos, do centro -esquerda à esquerda mais radical, ultrapassar as regras do jogo que assinaram, sairá responsabilizado duma forma muito radical, afastando-o durante gerações da possibilidade de intervir politicamente. Já não é só uma questão de credibilidade para o PS, o PCP, O BE, os Verdes, que está no tabuleiro do jogo político português. É, sobretudo, uma questão de sobrevivência.

Cavaco Silva, as confederações patronais, os partidos da coligação PSD/CDS, com a ajuda do poder e pressão financeiros da TroiKa, jogam nesse colocar ratoeiras em cada dia de vida deste governo, de modo a que alguém à esquerda discorde e se mova para uma aliança com aqueles. A começar no PS, que, através de múltiplas formas de contacto recíprocas, umas legítimas, secretas outras, ilegais terceiras, onde se sabe que houve igualmente muitos

roedores do queijo de Bruxelas. Mas, fique-se ciente. O desacordo, significará, no futuro, a derrota, a submissão, o aumento da desigualdade, da exploração, da iniquidade. O fim da democracia social que, genericamente, toda a esquerda defende.

A vida política nacional e internacional dos últimos seis anos da Primeira República Portuguesa pode servir de cartilha para se compreender como a desconfiança, o atrito, a divergência, conduziram a uma ditadura seguida de mais de quarenta anos de fascismo. Não estamos longe da ameaça do autoritarismo, agravada com uma crise de implosão da própria Europa, nos seus fundamentos essenciais, agravada pela ameaça do terrorismo fundamentalista islâmico e dos conflitos de civilizações.

Compete a cada um de nós assumir com frontalidade a alternativa que se enuncia a partir de amanhã, no nosso país. Um regresso a Abril quarenta anos depois? Ou o desacerto dum futuro 25 de Novembro, tão do agrado de Cavaco Silva, do PSD e do CDS e do neo-liberalismo europeu?

25 de Novembro de 2015antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt

Os outros artigos de António Mário Santos